



“Pela ditadura”: o empastelamento do Diário Carioca por membros do Clube 3 de Outubro

Allony Rezende de Carvalho Macedo

allony.macedo@gmail.com

Doutorando pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista CAPES. Investigador Associado da rede internacional de investigação Direitas, História e Memória.

 <https://orcid.org/0000-0002-8335-1513>

 10.28998/rchv14n27.2023.0014i

Recebido em 03/06/2022

Aprovado em 21/07/2022



“Pela ditadura”: o empastelamento do Diário Carioca por membros do Clube 3 de Outubro

RESUMO

Este artigo analisa o contexto e o ataque violento ao jornal liberal Diário Carioca por sócios da organização civil-militar, de tendência nacional-autoritária, Clube 3 de Outubro, em fevereiro de 1932. O acontecimento muito citado, mas pouco estudado na historiografia, é um desdobramento das disputas pela reconstitucionalização e por diferentes modelos de Estado a serem construídos após a “Revolução de 30”. O objetivo é aprofundar na busca pela compreensão da atuação e influência do Clube 3 de Outubro e nas disputas pela condução do novo regime entre suas bases heterogêneas. As principais fontes foram os jornais Correio da Manhã, Diário Carioca e os arquivos do Clube.

PALAVRAS-CHAVES: Corporativismo; Clube 3 de Outubro; Governo Provisório.

“For the dictatorship”. The attack on the Diário Carioca by members of the Clube 3 de Outubro

ABSTRACT

This article analyzes the context and the violent attack on the liberal newspaper Diário Carioca by members of the civil-military organization with a national-authoritarian tendency Clube 3 de Outubro in February 1932. The well-known but not much studied event in historiography is an unfolding of the disputes for reconstitucionalization and for different models of State to be built after the revolution "Revolução de 30". The aim is to deepen the understanding of the role and influence of the Clube 3 de Outubro in the disputes over the conduct of the new regime among its heterogeneous bases. The main sources were the newspapers Correio da Manhã, Diário Carioca and the archives of the Clube 3 de Outubro.

KEY-WORDS: Corporatism. Clube 3 de Outubro. Provisional Government

O movimento que levou à “Revolução de 1930” no Brasil é conhecido pela sua heterogeneidade. Por conseguinte, na coalizão que sustentou o Governo Provisório (1930-1934), o enfrentamento entre tendências nacional-autoritárias e liberalizantes acabou por ameaçar sua estabilidade, culminando no conflito violento da “Revolução Constitucionalista de 1932”.

Este artigo analisa o contexto que levou ao empastelamento do jornal de orientação política liberal, *Diário Carioca*, por membros do Clube 3 de Outubro, em fevereiro de 1932. O acontecimento, muito citado, porém pouco estudado, ocorreu durante o recrudescimento dos debates a respeito da reconstitucionalização imediata da República. Contrário a essa proposta estava o Clube 3 de Outubro: uma organização civil-militar de posição nacionalista e autoritária, fundada em 1931, que defendia um conjunto de reformas de natureza orgânico-corporativistas a serem operadas ainda durante o período da “ditadura do Governo Provisório”. A favor da reconstitucionalização imediata, em apoio a grupos políticos do Rio Grande do Sul e de São Paulo, estava o *Diário Carioca*, que no dia do atentado celebrou a decretação do novo Código Eleitoral – visto como um passo em direção à convocação da Constituinte.

Neste artigo, primeiramente, buscou-se compreender o Clube 3 de Outubro, sua organização, composição, base teórico-doutrinária, propostas gerais e formas de intervenção no ambiente político. Em seguida, foi analisada a atuação do *Diário Carioca* e sua propaganda pela Constituinte, concentrando-se nos seus embates diretos com o Clube, travados principalmente nos editoriais de José Eduardo de Macedo Soares e nas colunas de Adolfo Bergamini. Por fim, foram avaliados os impactos políticos deste acontecimento nos rumos do Governo Provisório, nos interesses do próprio Clube, na reação do *Diário Carioca* e, é claro, nas disputas em torno de uma nova Constituição para o Brasil. As principais fontes utilizadas foram os jornais *Diário Carioca* e *Correio da Manhã*, dos anos de 1931 e 1932, e os arquivos do Clube 3 de Outubro, disponíveis no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV).

O Governo Provisório (1930-1934): um equilíbrio difícil

Ao longo da década de 1920, a incapacidade das oligarquias centrais de se abrirem suficientemente às demandas de elites estaduais não alojadas no centro do poder

fragilizou o sistema político, diante das exigências de setores urbanos emergentes e dos reclamos de uma burocracia militar ciosa da necessidade de encaminhar sua modernização (MARTINS, 1983, p. 677). Tal cenário foi agravado pelas primeiras consequências da Crise 1929 sobre o equilíbrio cambial e o preço do café – já sentidas no país antes da quebra da bolsa de *Wall Street* (BULMER-THOMAS, 2009, p.31). Essa situação culminou em um rearranjo da correlação de forças, que tornou possível a campanha da Aliança Liberal em oposição ao esforço monopolizador do situacionismo paulista, representado na candidatura de Júlio Prestes à presidência nas eleições de 1930 (FAUSTO, 1983, p. 97-101).

Em busca de adesões, os aliancistas construíram uma plataforma mais aberta e mobilizante. O objetivo era agradar dissidências oligárquicas, críticos do “imperialismo dos grandes estados”, da corrupção eleitoral, da carestia e do tratamento dado pelo poder civil às Forças Armadas. Assim propuseram, entre outras coisas: o voto secreto; a anistia geral aos revoltosos do Tenentismo; políticas sociais e de regulamentação do trabalho; o incentivo à diversificação da produção agrícola e à proteção do café. Então, em torno da chapa encabeçada por Getúlio Vargas e João Pessoa, organizaram-se forças de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, da Paraíba, do Partido Democrático (PD) de São Paulo, setores médios, trabalhadores, intelectuais e militares descontentes (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 15).

Uma vez derrotados pelos paulistas na eleição de março de 1930, setores mais radicalizados da Aliança Liberal conseguiram impor, entre marchas e contramarchas, a opção “revolucionária” em outubro daquele ano, conduzindo Getúlio Vargas à chefia do “Governo Provisório” (1930-1934). Logo, os primeiros desafios apareceram.

No campo econômico, Vargas foi confrontado pelos efeitos da Crise de 1929, que combinados com uma superprodução de café, resultaram na queda abrupta dos preços, na redução da receita cambial e na suspensão de investimentos externos (BULMER-THOMAS, 2009, p. 31-32). Tratou de reagir estabilizando o setor agrário-exportador, ao mesmo tempo em que as medidas voltadas para equilibrar a balança comercial beneficiavam a indústria brasileira (LEOPOLDI, 2007, p. 244-245).

No campo político, o Governo Provisório se encontrou sob a pressão de disputas dentro da sua própria base. Ora, havia expectativas a serem atendidas por parte de trabalhadores organizados, intelectuais, oligarcas e militares. Entre 1930 e 1932, ganharam centralidade as lutas quanto à duração do governo discricionário e quanto ao

modelo de Estado que os “revolucionários” almejavam estabelecer (GOMES, 1980, p. 25-29; PANDOLFI, 2007, p.17-18). Entre os grupos de oligarcas dissidentes, principalmente aqueles de estados eleitoralmente mais fortes, interessava apressar a retomada da ordem liberal-democrática e a garantia de espaços de poder, frente à atuação da União. Dessa maneira, políticos como Antônio Carlos, João Neves da Fontoura, Borges de Medeiros e outros se alinhavam em torno de proposições mais liberais e federativas. Enquanto isso, no grupo responsável pela condução do movimento armado, predominava a noção de que era preciso, antes de tudo, dismantelar as “máquinas eleitorais” do regime anterior, o que exigia a extensão do Governo Provisório e medidas de caráter intervencionista e centralizador. Nessa direção estavam empenhados antigos combatentes do movimento Tenentista, além de nomes como Osvaldo Aranha e Góis Monteiro – respectivamente, o articulador político e o chefe do Estado-Maior da “revolução”. Acompanhando-os estavam alguns estados do Norte e do Nordeste, que vislumbravam uma participação política mais expressiva em nível nacional, com a possibilidade do enfraquecimento dos oligarcas poderosos do Centro-sul.

Sem um projeto político consolidado, o governo começou tomando medidas de caráter mais intervencionista e autoritário. Elas se constituíram, por exemplo, no fechamento do Congresso Nacional, das assembleias estaduais e legislativos municipais; na nomeação de interventores para o lugar de governadores eleitos; e em uma legislação sindical voltada para o controle da organização dos trabalhadores. Além disso, ainda em novembro de 1930 foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde Pública (PINTO, 2016, p. 196-199). O que não ocorreu sem resistências e protestos, por isso, se fez necessário também combinar ações que agradassem os poderes locais, respondendo aos desafios conjunturais (PANDOLFI, 2007, p. 21). É isso, por exemplo, que determina a distribuição de ministérios e interventorias, logo após a “revolução”, nas mãos de chefes de estados como Minas Gerais e Rio Grande do Sul (FORJAZ, 1988, p. 107).

O Clube 3 de Outubro: pela “revolução” e pela “ditadura do Governo Provisório”

O contexto impôs a necessidade de organização das forças políticas e sociais que desejassem influir sobre os rumos do Governo Provisório. Pelos “revolucionários” mais radicalizados, formou-se desde a posse o que foi chamado pela imprensa de “Gabinete Negro”. Um agrupamento informal que realizava reuniões noturnas com Vargas para

fazer a leitura do quadro político e traçar linhas de ação. Entre os presentes mais assíduos, vale destacar: Osvaldo Aranha, então ministro da Justiça; general Leite de Castro, ministro da Guerra; José Américo, ministro da Viação; Góis Monteiro, ainda como chefe do estado-maior da “revolução”; Ari Parreiras, chefe de gabinete do ministro da Marinha; Pedro Ernesto, médico e aliado de primeira hora dos “tenentes”; além dos “tenentes” Juarez Távora e João Alberto (PINTO, 2016, p. 202).

Do “Gabinete Negro” emergiram ações para fazer frente às pressões de adversários, que englobavam tanto os “derrotados” quanto aqueles que, mesmo tendo participado da “Revolução de 1930”, não estariam orientados pelo “verdadeiro espírito revolucionário” e sim por interesses particulares (PANDOLFI, 2007, p. 21). Entre as iniciativas, destacam-se o “Pacto Revolucionário”, o “Pacto de Honra”, a fundação da “Legião de Outubro” e do “Clube 3 de Outubro”. Comparativamente, pode-se dizer que nos seus respectivos documentos, ainda que pouco específicos em seus termos, está expressa a tentativa de construir um compromisso nacional em torno do Governo Provisório, visto como meio possível para a superação da Primeira República¹.

Mesmo com a simpatia de Vargas e contando em quase todas as suas iniciativas com a participação e coordenação de Osvaldo Aranha e Góis Monteiro, estas empreitadas caracterizaram-se, no geral, pela efemeridade, informalidade ou articulação claudicante – sendo inclusive tragada pela dinâmica política regional, perdendo sua pretensão nacional-unificadora, como foi o caso da Legião (FORJAZ, 1988, p. 118; PINTO, 2016, p. 205-231). Como exceção, destacou-se o Clube 3 de Outubro pelo seu grau de organização, articulação política e capacidade de construir e buscar aplicar um programa “revolucionário” para o país (CARVALHO, 1975, p. 16; CONNIFF, 1979, p. 135; FORJAZ, 1988, p. 119; LEAL, 2001a, s.p.; PINTO, 2016, p. 232).

O Clube 3 de Outubro foi criado em fevereiro de 1931, em uma reunião com civis e militares “revolucionários” na residência de Afrânio de Melo Franco, então ministro das Relações Exteriores (PINTO, 2016, p.231). Contudo, oficialmente, foi fundado no

¹ AN-FGM SA 764, SA 765: Pacto Revolucionário, s.d. e Pacto de Honra, 24 de fev. de 1931; Legionários de Outubro, 15 de nov. de 1930 (ARANHA; MONTEIRO, 1975, p. 366-367); Proclamação da constituição da Legião de Outubro (fins de 1930) (AMARAL; BONAVIDES, 2002, p. 413-415); CPDOC- AAP club 1931.05.28, orientação política que deve ter o Clube, de acordo com o parecer da comissão nomeada para estudar o assunto. O Pacto Revolucionário – ou Pacto de Poços de Caldas, escrito por Juarez Távora, Osvaldo Aranha, Góis Monteiro e assinado por diversos oficiais, conferir O PACTO de Poços de Caldas. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12/02/1931, p.1. Todas as notas referentes aos jornais utilizados na pesquisa como fonte foram feitas respeitando a grafia original.

dia 6 de maio de 1931². Nos seus primeiros estatutos foi apresentado como uma associação beneficente de auxílio material e moral aos combatentes “revolucionários” e aos seus familiares, sendo assim noticiada sua criação pelo jornal *Correio da Manhã*³. A diretoria contava com Pedro Ernesto e Góis Monteiro, como presidente e vice; Hercolino Cascardo e Osvaldo Aranha, como segundo e terceiro vice-presidentes; Augusto Amaral Peixoto, Temístocles Cavalcanti e Hugo Napoleão, como tesoureiro, primeiro e segundo secretários, respectivamente.

Mesmo que, de início, o Clube não desejasse tornar públicos seus objetivos políticos, eles estavam muito evidentes em seus registros internos e ficariam mais visíveis com as ações de seus sócios e substanciais modificações nos seus estatutos, nos próximos meses. Conforme consta em documento “secreto”, de maio de 1931, deveriam: combater a “indústria política” sem princípios, baseada em “transações subalternas”; defender a “permanência da ditadura” para a realização da “obra revolucionária”, bem como a “representação de classe” e reformas sociais, “desde que não atinjam, em ponto sensível, a estrutura geral da sociedade [...]”⁴.

Era uma organização civil-militar, tendo uma composição bastante heterogênea. Entre os militares havia “tenentes” históricos, envolvidos nos levantes de 1922, 1924 e na Coluna Prestes; além deles, os “picolés”, homens da Escola Militar envolvidos nos levantes 1922 e que por isso, uma vez expulsos do Exército, acabaram retornando às fileiras da corporação e à ação política somente com a anistia em 1930; e os “rabanetes” aqueles fardados que aderiram à “revolução” por ocasião da Aliança Liberal, muitas vezes encarados como retardatários (por isso, “vermelhos por fora e brancos por dentro”) (FORJAZ, 1988, p. 99-102;128; PINTO, 2016, p.232-233). Já entre os civis, é possível identificar aqueles que estavam há mais tempo envolvidos com os revoltosos dos anos 1920, como é o caso de Pedro Ernesto e Temístocles Cavalcanti; e outros que desenvolveram essa aproximação por conta dos levantes armados da “Revolução de 1930”, como Osvaldo Aranha e José Américo⁵.

² CLUB 3 de Outubro: Estatutos. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 6/05/1931, p. 7219-7220. Disponível: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1931/05/06>>. Acesso em: 10, jan. 2021.

³ CLUB 3 de Outubro. A sua fundação e a sua primeira diretoria. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 7/05/1931, p. 3. O *Correio da Manhã*, fundado em 1901, apoiou os levantes tenentistas de 1922 e 1924, bem como a “Revolução de 1930”. Durante o Governo Provisório, cultivou proximidade com o Clube 3 de Outubro, ao mesmo tempo em que tecia críticas duras à administração central (LEAL, 2001b, s.p.).

⁴ CPDOC-AAP club 1931.05.28, orientação política que deve ter o Clube, de acordo com o parecer da comissão nomeada para estudar o assunto. Todas as citações diretas das fontes foram atualizadas segundo a ortografia atual.

⁵ CPDOC-CO d Fichas Inscrição.

Mesmo com tais diferenças e eventuais conflitos entre os membros do grêmio, nota-se que houve um esforço de organização no sentido de dar orientação aos discursos e às ações de seus sócios. Não pretendiam se constituir, pelo menos de imediato, como um partido político e tampouco uma organização de massas, por isso estabeleceram rígidos critérios de filiação, evidentes nas fichas encontradas nos seus arquivos – que exigiam informações sobre a trajetória dos sócios, o aval de um proponente e a aprovação de pares na Comissão de Sindicância⁶. Os estatutos organizavam o funcionamento institucional, estabeleciam regras sobre reuniões, tomadas de decisão e dividiam os “poderes”, deixando claros os direitos e deveres dos filiados. A intenção era produzir algum constrangimento, cobrar e coordenar os “elementos revolucionários” e, ao mesmo tempo, afastar possíveis sabotadores⁷.

Criado para ser um grêmio de apoio e pressão ao Governo Provisório – inclusive, prevendo secretamente o uso da força –, a configuração e funcionamento do Clube ajudaram a fomentar entre os membros uma base doutrinária, uma leitura de passado e um diagnóstico do presente, que constituíram suas concepções de sociedade ideal refletidas nas suas propostas para (re)elaboração das instituições públicas do país (BERSTEIN, 1998; MOTTA, 2009)⁸. Influenciados pelo nacionalismo autoritário de Alberto Torres e Oliveira Vianna, crescente desde a década de 1920, seus atores estavam certos dos limites da Constituição de 1891, do fracasso da república liberal-oligárquica na condução dos interesses nacionais e da necessidade de um Estado forte e centralizador para a preservação da ordem social no país – que estaria ameaçada pelos interesses das facções políticas dos estados e pelas recorrentes agitações operárias.

Compreendendo as forças públicas estaduais como braços armados dos “regionalismos”, o Clube 3 de Outubro defendeu a sua urgente unificação, “dando-lhes comando de oficiais do Exército, até a sua completa extinção”⁹. Bebendo do autoritarismo corporativista, reclamou a adoção da representação profissional proporcional ao lado da

⁶ CPDOC-CO d Fichas Inscrição. O *Correio da Manhã* afirmou reiteradas vezes que o Clube se organizava para formar um grande partido político nacional. Algo que foi desmentido pelo seu vice-presidente, Góis Monteiro, ainda em dezembro de 1931 e negado em votação pelos sócios durante a I Convenção Nacional do Clube, entre 5 e 9 de julho de 1932. A esse respeito ver: A SITUAÇÃO política. Como o general Góis Monteiro fala do convite para chefiar a casa militar do presidente. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17/12/1931, p.4.

⁷ CPDOC-CO-1f, estatutos do Clube 3 de Outubro, ano de 1932.

⁸ CPDOC-AAP club 1931.00.00/2, diretivas para a organização do Estado-Maior do Clube 3 de Outubro, 1931 (data provável).

⁹CPDOC-AAP 1931.07.13, carta de Góis Monteiro a Augusto Amaral Peixoto, tesoureiro do Clube 3 de Outubro, em 13 de julho de 1931.

representação política igualitária, como forma de garantir a participação harmônica das forças produtoras na construção do interesse da nação, a partir do Estado. Isso permitiria uma coordenação dos grupos sociais, evitando a exacerbação da luta de classes¹⁰. São transformações que somente seriam conduzidas sob a chefia discricionária de Getúlio Vargas, sem os vícios do sistema eleitoral anterior¹¹. Por isso, seus associados se diziam contrários à volta imediata ao regime constitucional e não à constitucionalização em si, que deveria ocorrer depois de instaladas as reformas.

Tais posições ganharam maior sistematização com a criação da comissão especial para a elaboração de um “programa revolucionário”, em dezembro de 1931 (TÁVORA, 1974, p. 62). Composta por Estênio Albuquerque Lima, Augusto Amaral Peixoto, Abelardo Marinho e Valdemar Falcão, dois “tenentes” e dois civis, nesta ordem, ela criou o *Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil*¹². Revelado na imprensa, a partir do final de fevereiro de 1932, o documento é composto por 80 páginas de propostas para a (re)organização política, administrativa, social, econômica e militar do país. Também estavam ali a exigência de medidas consideradas mínimas a serem adotadas pelo Governo Provisório, para que fossem criadas condições institucionais para execução do “programa revolucionário” como um todo. Entre elas, a anulação do antigo alistamento eleitoral e a garantia de que na Constituinte operasse a representação profissional proporcional ao lado da representação política igualitária. Entre os dias 5 e 9 de julho de 1932, durante a realização da I Convenção Nacional do Clube 3 de Outubro, o *Esboço...* seria aprovado pelos presentes como um subsídio de orientação doutrinária para os membros da organização em todo o Brasil¹³.

O Clube 3 de Outubro forneceu aos seus membros teias de relações, certo grau de organização, de disciplina e considerável definição programática. A partir daí, se contrapunha aos então partidários da constitucionalização imediata, que julgavam despossuídos de qualquer elaboração mais sofisticada a respeito do que seria tal Constituição que defendiam. Por isso, seus sócios se identificavam como

¹⁰ CPDOC-AAP club 1931.00.00/1, sugestões da Comissão de Programa, nomeada pelo Clube 3 de Outubro, para elaboração do seu programa.

¹¹ CPDOC-AAP club 1931.00.00/4, considerações do Clube 3 de Outubro sobre a volta do regime constitucional. Sem data, o documento é provavelmente de 1931, como revela o trecho: “Podemos mesmo dizer que só agora, após o transcurso de um ano de ditadura [...]”.

¹² CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil*.

¹³ Conforme consta na 15ª tese aprovada na convenção. Todas as teses estão integralmente publicadas em: TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: a caminhada no Altiplano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974. v.2, p. 260-262.

“revolucionários sinceros”, aqueles que podiam dizer o que queriam que a Constituição fosse, porque promoveram “o encontro de ideias, ouviu (sic) a sócios e a estranhos de mentalidade revolucionária [...] pesando todos os argumentos [...] e adotando, prudentemente, mas energicamente, diretrizes marcadas.”¹⁴.

Foi com esse ímpeto que, ao longo do segundo semestre de 1931 e no início de 1932, os membros do Clube 3 de Outubro garantiram maior aproximação com o Governo Provisório, reagindo à intensificação da campanha pela constitucionalização, cujo epicentro era São Paulo¹⁵. Nesse momento, açodado pelas pressões para pôr fim ao regime discricionário, Getúlio Vargas aumentou de forma sensível a participação de associados do Clube em espaços de poder. Investiu principalmente nas interventorias estaduais, buscando modificar correlações de força das oligarquias regionais a seu favor (CARVALHO, 1975, p. 25; CONNIFF, 1979, p. 139-146; PINTO, 2016, p. 236; 240). Por isso nomeou oito membros do Clube para chefiar os estados do Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará, Maranhão, Amazonas, Santa Catarina, Alagoas e Rio de Janeiro – além de entregar o Distrito Federal ao presidente da organização, Pedro Ernesto. Somando-se a outros seis estados, que já eram controlados por membros do Clube anteriormente, em dezembro de 1931 havia quinze, de um total de vinte e uma unidades da federação sob o comando dos outubristas. O chefe do Governo Provisório deu andamento também a uma política de promoções de “picolés” e rasgou publicamente elogios ao Clube 3 de Outubro (FORJAZ, 1988, p. 149-152). Com maior penetração institucional, os sócios do grêmio ocupavam cargos também em ministérios gerenciados por aliados como o da Guerra, de Leite de Castro, e o da Marinha, de Protógenes Guimarães.

É bom enfatizar que a proximidade dos ministros militares com os dirigentes e membros do Clube 3 de Outubro era pública e incomodava. É o que mostra o *Correio da Manhã*, sobre uma reunião ocorrida em 31 de janeiro de 1932, entre Leite de Castro, Protógenes Guimarães e Pedro Ernesto para tratar sobre a elaboração do programa da associação¹⁶. Isso gerava contrariedade em setores das Forças Armadas que eram críticos da participação direta dos militares na política. Para oficiais superiores como o general

¹⁴ Publicação do “Manifesto à Nação” pelo Clube 3 de Outubro. Ver O CLUB 3 de Outubro e a Constituinte. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27/12/1931, p.1.

¹⁵ CPDOC-AAP club 1931.01/06.00/1; AAP club 1931.01/06.00/2, abaixo-assinados datados, provavelmente, de 1931 declarando apoio a João Alberto (membro do Clube 3 de Outubro e interventor de São Paulo) e a Getúlio Vargas, por ocasião do que seria um levante da oposição política contrária à “revolução”. Todos os dois assinados por membros do Clube.

¹⁶ O PROJECTO de reconstrução nacional do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31/01/1932, p. 4.

Bertoldo Klinger e o coronel Euclides Figueiredo, tratava-se de uma ameaça direta à hierarquia e disciplina na caserna – não por acaso, eles estariam entre os principais chefes da “Revolução Constitucionalista de 1932” (FORJAZ, 1988, p. 162).

A posição do *Diário Carioca*: pela “revolução”, democracia liberal e Constituição

Até a “Revolução Constitucionalista”, de julho de 1932, o principal enfrentamento entre as distintas forças da aliança “revolucionária” ocorreu entre tendências mais liberais e autonomistas, impulsionadas a partir de setores da elite paulista e propostas centralistas autoritárias fomentadas de maneira mais organizada desde o Clube 3 de Outubro (FORJAZ, 1988, p. 139-141; GOMES, 1980, p. 27)¹⁷. Essa disputa ganhou corpo nos conflitos em torno da interventoria de João Alberto, em São Paulo, que se desdobraram na campanha pela reconstitucionalização imediata.

Em novembro de 1930, a escolha do “tenente histórico” e mais tarde membro do Clube 3 de Outubro, João Alberto, para o governo paulista desagradou os aliancistas do Partido Democrático. Mesmo sob uma série de exigências para que seu nome fosse aceito, o então coronel as descumpriu com ações que procuravam demonstrar sua distância em relação aos políticos mais conservadores da Aliança Liberal (CARONE, 1975, p. 199-200; PINTO, 2016, p. 235). Depois de assinar o manifesto de criação da Legião Revolucionária Paulista – o que foi considerado um ataque aos grupos de poder tradicionais –, procurou se aproximar dos trabalhadores – propondo soluções locais para uma agenda social –, convocou militares para cargos públicos e explorou as distensões internas, articulando com grupos de cafeicultores. Assim, sua interventoria foi logo rotulada como uma ocupação militar e uma ameaça “bolchevista” ao estado, bem ao gosto do forte apelo anticomunista da época (MOTTA, 2020, p.33-38).

A forte oposição a João Alberto era combinada com a pressão pela reconstitucionalização. Segundo Forjaz (1988, p. 140), os “revolucionários” paulistas eram um grupo heterogêneo reunido contra os “extremismos revolucionários” dos “tenentes” e os esforços de centralização do governo, que ameaçavam suas pretensões

¹⁷ Sob a designação de “elite paulista”, é válido dizer, este artigo reconhece uma gama muito heterogênea de atores individuais e coletivos como cafeicultores (fazendeiros ou comissários), banqueiros, comerciantes e industriais. Seus distintos interesses e projetos os colocavam em disputa, complexificando ainda mais a situação do país e do estado – que também contava com intensa organização e atividades do movimento operário. Não se pretende, nos limites deste artigo, destrinchar tais clivagens e tensões internas do grupo. Todavia, conforme observou Forjaz (1988, p. 141), elas se tornam menos poderosas quando o que está em jogo é o enfrentamento com os agentes da centralização no Governo Provisório.

hegemônicas. No início de abril, o Partido Democrático, por meio do manifesto “À nação” anunciou oficialmente sua ruptura com o interventor, intensificando a campanha pela reconstitucionalização, bem como se esforçou na aglutinação com oligarcas gaúchos e mineiros¹⁸. Pressionado, em julho de 1931, João Alberto renunciou à interventoria de São Paulo.

Pela envergadura dos membros que o constituía, pela proximidade que muitos deles tinham com o governo, pelo seu grau de organização, por sua capilaridade nas instituições e pela defesa intransigente da “ditadura”, o Clube 3 de Outubro despontou como principal adversário dos chefes políticos dos estados mais fortes e daqueles grupos desalojados ou frustrados em suas expectativas de ocupar o poder. Foi graças à articulação promovida pelo “tenente” e outubrista Juarez Távora que, com as interventorias da então região “Norte”, se constituiu o chamado “Bloco do Norte”, uma pedra no sapato daqueles que lutavam por autonomia regional. Conforme avaliou Forjaz (1988, p. 146-147), desenhou-se ao longo do primeiro semestre de 1931 um realinhamento de oligarquias aliancistas e um afastamento delas em relação ao Governo Provisório, por compreenderem que este cedia demais aos reclamos dos “tenentes” do Clube, abandonando os acordos e perspectivas da Aliança Liberal.

No final de abril, o Partido Libertador do Rio Grande do Sul aprovou moção de apoio à posição do PD paulista (CARONE, 1975, p. 204). Em de julho, um dos fundadores do partido, Raul Pila, defendeu em Porto Alegre a constitucionalização como “remédio de urgência” para evitar um “possível golpe de força” (PILA, 1975, p. 181). Nesse período, outros nomes de peso do estado como Borges de Medeiros e João Neves da Fontoura pressionavam, manifestando opinião favorável à uma nova Constituição. O que se viu foi que os oligarcas gaúchos reunidos na Frente Única pressionaram o governo, fizeram ameaças e procuraram se solidarizar com São Paulo (PINTO, 2016, p. 241). Em Minas, começou movimento semelhante articulado pelo Partido Republicano Mineiro, contudo, a ação do interventor Olegário Maciel conseguiu refreá-lo – à exceção da ala liderada por Artur Bernardes (PANDOLFI, 2007, p. 22). A luta pela constitucionalização tornou-se ferramenta central para estes chefes políticos que desejavam alterar a configuração que havia assumido o Governo Provisório. Segundo Angela de Castro Gomes (1980, p. 28-29), o retorno à ordem legal passou a significar a possibilidade de retomada ou conquista de posições políticas que compreendiam ter direito.

¹⁸ À NAÇÃO. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 7/4/1931, p. 4.

No Rio de Janeiro, Capital Federal, onde funcionava a sede nacional do Clube 3 de Outubro, o *Diário Carioca* operou como uma correia de transmissão, que procurou influenciar a “opinião pública” a partir dos interesses dos grupos políticos contrários ao prolongamento do Governo Provisório. Fundado em julho de 1928 por José Eduardo de Macedo Soares, o jornal logo assumiu sua linha de atuação política: primeiro em oposição a Washington Luís, e depois, apoiando a “Revolução de 1930” (LEAL, 2001c, s.p.). Apesar de ser ex-militar da Marinha e rebelde em 1922, Macedo Soares era membro de família da tradicional aristocracia fluminense e compreendia a “Revolução” como um movimento conduzido majoritariamente por civis, de tendência liberal. Seus editoriais eram críticos a qualquer gesto do governo considerado centralizador e à atuação dos militares na política.

Em novembro de 1930, o fundador do jornal frisou que os interesses a serem considerados na condução do país não deveriam ser somente os da União Federal, mas também os dos estados que a compõem, muitos deles ameaçados pela “ambição militarista”¹⁹. Os “tenentes e capitães” deveriam ser desalojados imediatamente da política, pois aqueles que procuravam cargos movidos por interesses rasteiros, nem de longe estavam próximos dos “verdadeiros revolucionários”. Já havia passado da hora de cumprir as promessas de reorganização previstas no programa da Aliança Liberal, ao invés de perder um “tempo precioso com interesses de amigos e camaradas”²⁰. Esse seria o problema por trás das nomeações de interventores militares incompetentes no “Norte”, indicados por Juarez Távora²¹.

Aquilo que propunham figuras como Góis Monteiro, Osvaldo Aranha e João Alberto, no sentido de estender os poderes e competências do Governo Provisório, representaria uma quebra de compromisso, uma guinada ao “extremismo”, que precisava ser cortada na raiz, pelo “chefe da Nação”²². Portanto, o *Diário Carioca* se insurgia, desde o primeiro momento, contra iniciativas que, a seu ver, inviabilizariam a reorganização da democracia liberal no Brasil. O que não necessariamente significava ainda uma oposição à chefia de Getúlio Vargas. Uma postura mais incisiva contra o Governo Provisório, e as

¹⁹ SOARES, José Eduardo de Macedo. Falemos de coisas sérias. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 22/11/1930, p.1.

²⁰ SOARES, José Eduardo de Macedo. Governo em férias. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 6/12/1930, p.1.

²¹ SOARES, José Eduardo de Macedo. Má estiada. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 7/12/1930, p.1.

²² SOARES, José Eduardo de Macedo. Silêncio é ouro. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 14/12/1930, p.1.

intenções de Vargas à sua frente, apareceram no final de fevereiro de 1932, nas vésperas do empastelamento²³.

Por tudo isso, é óbvio que o Clube 3 de Outubro se tornasse um dos seus alvos, como um obstáculo à execução do “verdadeiro programa revolucionário” – para o jornal, o da Aliança Liberal – e como uma materialização da tal “ameaça militarista”. O editorial “Conspirações” definiu a organização como um grupo composto por oficiais oportunistas, descomprometidos com a “ordem pública” e interessados em “beiradas dos cargos civis”²⁴. Seriam despreparados, ignorantes em direito público, “verdadeiros analfabetos” em assuntos que não estivessem presentes nos currículos militares. Foi justamente essa a crítica feita a João Alberto, enquanto esteve à frente da interventoria paulista: “O tenente João Alberto pode entender de balística, de pólvoras, de tática das armas modernas [...]. Mas de finanças, de economia, de administração e política, o jovem oficial não percebe patavina.”²⁵. Assim, os outubristas subvertiam o sentido da “Revolução” ao procurar tutelar a sociedade, impedindo que “o povo brasileiro” designasse nos “comícios eleitorais” aqueles que deveriam conduzir as necessárias transformações²⁶.

No contexto da ampliação da participação militar de membros do Clube no Governo Provisório, o *Diário Carioca* publicou na primeira página o “Manifesto dos Generais”, assinado por Mena Barreto, Pantaleão Telles Ferreira, Cesar Augusto Parga Rodrigues, José Vitoriano Aranha da Silva e Bertoldo Klinger. No documento, se posicionaram pela reorganização das forças militares em “sua verdadeira função”, o que passaria pelo seu afastamento das articulações do poder, consideradas “funções sem justificativa” com “inocultável alarma da opinião pública.”²⁷. Algo que impulsionou uma resposta de João Alberto, na qual defendeu a “atuação administrativa” dos fardados, em oposição ao “assalto da politicalha” e, por fim, anunciou: os militares continuarão no governo a menos que, a despeito de “certos políticos”, o Governo Provisório se constitua o “único árbitro da situação, [a] executar a obra de reconstrução, decidindo por sua própria vontade da constitucionalização do país.”²⁸.

Além de expor posição contrária à participação dos militares na política, relacionada pelo jornal à defesa que o Clube 3 de Outubro fazia da permanência do regime discricionário

²³ SOARES, José Eduardo de Macedo. A torre de Babel. *Diario Carioca*, Rio de Janeiro, 24/2/1932 p.1.

²⁴ SOARES, José Eduardo de Macedo. Conspirações. *Diario Carioca*, Rio de Janeiro, 18/7,1931, p.1.

²⁵ SOARES, José Eduardo de Macedo. Os piratas do café. *Diario Carioca*, Rio de Janeiro, 9/5/1931, p.1.

²⁶ SOARES, José Eduardo de Macedo. Justas literarias. *Diario Carioca*, Rio de Janeiro, 18/7/1931, p.1.

²⁷ O MANIFESTO dos generaes. *Diario Carioca*, Rio de Janeiro, 28/11/1931, p.1.

²⁸ DUAS opiniões militares. *Diario Carioca*, Rio de Janeiro, 29/11/1931, p.1;9.

do Governo Provisório, o *Diário Carioca* também refletiu disputas por cargos políticos entre adversários, como se vê nas colunas de Adolfo Bergamini. Bergamini, mineiro de Cataguases, enquanto deputado federal apoiou a Aliança Liberal, sendo nomeado interventor do Distrito Federal por Getúlio Vargas, no dia 25 de novembro de 1930. Após meses muito ativos no cargo, sofreu dura oposição do Clube 3 de Outubro que o acusava de corrupção (LEAL, 2001c, s.p.). As divergências envolviam questões do campo ideológico, pela postura liberal do então interventor, mas também por seu apoio dado ao Partido Democrático e à defesa de um governo civil para São Paulo, por ocasião da sucessão de João Alberto²⁹. O resultado é que, no final de setembro de 1931, Adolfo Bergamini foi afastado da interventoria, sendo substituído por Pedro Ernesto, que tomou posse no simbólico dia 3 de outubro.

Enquanto articulista do *Diário Carioca*, Bergamini fez coro com Macedo Soares ao atacar o que diagnosticava como uma inconsistência teórica do Clube 3 de Outubro e sua disposição militarista e autoritária. Seus associados combinariam, de maneira confusa, tendências comunistas e fascistas: “O recrutamento apressado de ideias dá nisso, isto é, degenera em efeitos contraproducentes. Não é à toa que os extremos se tocam.”³⁰. Também acusou o Clube de ostentar traços violentos, bem como de atrapalhar propositalmente a resolução das disputas sucessórias em São Paulo, o que seria uma estratégia protelatória a fim de viabilizar seu programa anticonstitucionalista. Este estaria para os membros do Clube à frente dos interesses do país e das próprias determinações de Getúlio Vargas³¹.

Do acirramento das tensões ao empastelamento do *Diário Carioca*

Se Getúlio Vargas, por vezes, se ancorou em elementos mais radicalizados de sua base, por outro lado, não deixou de contemporizar com oligarquias mais conservadoras, valorizando suas demandas, respondendo à “lógica dos acontecimentos” (CONNIFF, 1979, p. 146; PINTO, 2016, p. 237). É esse um dos papéis que teve o Código dos Interventores, em agosto de 1931. A legislação, que demarcou os limites da ação dos interventores, criou conselhos consultivos municipais e estaduais, compostos por atores políticos locais, nomeados por decretos do chefe do Governo Provisório. Eles deveriam

²⁹ A PEDIDOS. *Diario Carioca*, Rio de Janeiro, 14/2/1932, p.9.

³⁰BERGAMINI, Adolfo. Salada Russa. *Diario Carioca*, Rio de Janeiro, 14/2/1932, p.1.

³¹BERGAMINI, Adolfo. Salada Russa. *Diario Carioca*, Rio de Janeiro, 14/2/1932, p.1. BERGAMINI, Adolfo. Mouro na costa. *Diario Carioca*, Rio de Janeiro, 16/2/1932, p.1; BERGAMINI, Adolfo. Contas ao mandante. *Diario Carioca*, Rio de Janeiro, 21/2/1932, p.1.

ser obrigatoriamente consultados pelo interventor, principalmente em decisões que diziam respeito ao âmbito tributário e orçamentário das suas administrações³².

No caso da crise com os paulistas, ela não terminou com a saída de João Alberto. Ao contrário, as disputas continuaram contando com interferências dele mesmo e de outros membros do Clube 3 de Outubro na nomeação dos demais interventores, na composição do secretariado e na própria condução dos governos do estado. Esse foi o caso da interventoria do juiz, civil e paulista Laudo Camargo que, pressionado por João Alberto e cafeicultores aliados para demitir o secretário da fazenda, entregou o cargo em novembro de 1931. Um acontecimento que respingou na esfera federal, com o pedido de demissão do ministro da Fazenda, José Maria Whitaker. Junto dele, vários paulistas de outras instituições econômico-financeiras desembarcaram do governo (FORJAZ, 1988, p. 155-157). Para o lugar de Camargo em São Paulo, sob a tutela de alguns membros do Clube – o próprio João Alberto, Juracy Magalhães e Góis Monteiro –, em reuniões no Monroe com Osvaldo Aranha e no Catete com Vargas, foi escolhido o militar Manoel Rabelo³³.

Se para a vaga do Ministério da Fazenda Vargas nomeou Aranha, para o Ministério da Justiça procurou sinalizar à Frente Única gaúcha e aos apoiadores da constitucionalização escolhendo Maurício Cardoso, um declarado partidário desta posição (CARONE, 1975, p. 182). O que não foi suficiente para impedir que, em janeiro de 1932, o Partido Democrático paulista anunciasse sua ruptura com o Governo Provisório, tendo como estopim a taxaço das exportações anunciada por Aranha (FORJAZ, 1988, p. 156). Nem a promessa, feita pelo próprio Vargas, de um novo interventor civil e paulista para o lugar de Rabelo – posteriormente cumprida com a nomeação do embaixador Pedro Toledo – demoveu os democráticos (PINTO, 2016, p. 242)³⁴. Em 16 de fevereiro, junto com o Partido Republicano Paulista (PRP), formaram a Frente Única Paulista (FUP), segundo eles unidos em torno de dois objetivos principais, em nome dos quais deixariam de lado temporariamente suas discordâncias: “a pronta

³² BRASIL. Decreto n.º 20.348, de 29 de agosto de 1931. Institue conselhos consultivos nos Estados, no Distrito Federal e nos municípios e estabelece normas, sobre a administração local. *Legislação Informatizada*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20348-29-agosto-1931-517916-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: jun. 2021. As referências a leis e decretos mantêm a grafia original nos títulos e subtítulos.

³³ A SITUAÇÃO política em S. Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17/11/1931, p. 1.

³⁴ AS NOVIDADES políticas de hontem. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 17/1/1932, p.1.

reconstitucionalização do país e a restituição a S. Paulo da autonomia de que há dezesseis meses se acha esbulhado”³⁵.

Dois dias após a sua posse na pasta da Justiça, Maurício Cardoso convocou uma comissão legislativa, presidida por ele, para rever o anteprojeto da lei eleitoral elaborado pela 19ª subcomissão legislativa. Esta que havia sido criada por um decreto presidencial, ainda em fevereiro de 1931, e contou com Assis Brasil, Mario Pinto Serva e João da Rocha Cabral³⁶. O resultado dos trabalhos foi o Código Eleitoral, com o decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, mesmo dia da promulgação da Constituição liberal de 1891³⁷. Como se viu até aqui, nessa virada de ano as oposições se radicalizaram. Ainda em 27 de dezembro de 1931, o Clube 3 de Outubro lançou o “Manifesto à nação”³⁸. O texto que reagia aos acenos do Governo Provisório aos setores constitucionalistas, mais uma vez apontou serem necessárias reformas prévias, sem especificar quais, para evitar o retorno daqueles que haviam sido retirados do poder pela “Revolução”. De maneira contundente, dizia: contra a constitucionalização imediata e suas consequências o grêmio lutará “intransigentemente e implacavelmente até o sacrifício”³⁹.

Enquanto isso, Macedo Soares, além de atacar os outubristas com seus editoriais, participou da criação do Clube 24 de fevereiro, uma organização articulada, em 16 de fevereiro de 1932, no Rio de Janeiro, para lutar pela reconstitucionalização e, conseqüentemente, se opor à atuação do Clube 3 de Outubro. Na sua diretoria contou com a presidência do general Lauro Sodré, constituinte em 1891, e Paulo Lacerda como vice⁴⁰. De imediato, procuraram marcar presença redigindo telegramas para lideranças pró-constituição e programaram um grande comício a ser realizado no dia 24 de fevereiro – no 41º aniversário da Constituição de 1891, na escadaria do Teatro Municipal (CALICCHIO, 2001, s.p). O evento, que exigiria a imediata reconstitucionalização e deveria ocorrer na mesma data da manifestação promovida pela Liga Pró-Constituinte em

³⁵ O MANIFESTO dos partidos paulistas. *Diario Carioca*. Rio de Janeiro, 17/2/1932, p.4.

³⁶ BRASIL. Decreto nº 19.684, de 10 de Fevereiro de 1931. Promulga os dispositivos disciplinares da Comissão Legislativa, com sede nesta Capital. *Legislação Informatizada*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19684-10-fevereiro-1931-503069-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: mai. de 2021.

³⁷ BRASIL. Decreto nº 21076, de 24 de Fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. *Legislação Informatizada*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: mai. de 2021. Sobre o arrastado processo de construção da legislação eleitoral ver Zulini (2017).

³⁸ FOI aprovado hontem o manifesto á Nação contrario á convocação imediata dessa assembléa. *Correio de Manhã*, Rio de Janeiro, 27/12/1931, p.1.

³⁹ MANIFESTO á nação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27/12/1931, p.1.

⁴⁰ AGITA-SE a campanha pró-Constituinte. *Diario Carioca*, Rio de Janeiro, 16/2/1932, p.3.

São Paulo, foi sustado no dia por Sodré, a pedido do ministro da Marinha. Ele estaria informado a respeito de possíveis retaliações a serem praticadas por membros do Clube 3 de Outubro⁴¹.

Uma vez decretado na simbólica data do dia 24 de fevereiro, o Código Eleitoral trouxe novidades celebradas em bases liberais, que cumpriam promessas do programa da Aliança Liberal, como o alistamento obrigatório, o voto secreto e a representação proporcional. Mas acabou indo além com o voto feminino e a criação dos tribunais eleitorais; bem como atendeu a uma exigência manifesta dos outubristas, prevendo a representação das associações profissionais na Constituinte (BARRETO, 2002; 2004).

Há que se ressaltar que a atuação dos sócios do Clube 3 de Outubro não se resumiu à simples oposição e obstrução da pauta eleitoral, procuraram também influenciar na escrita da nova lei, propondo aspectos que julgavam compatíveis com o “real sentido revolucionário”. Uma vez que se mostrasse inevitável a transição para o fim do Governo Provisório, a estratégia desenhada pela direção do Clube, desde sua fundação, era procurar induzir esse processo na direção do seu programa⁴². Um indício de ação orientada por essa percepção está na entrevista de um influente sócio do Clube, o médico Abelardo Marinho, ao *Correio da Manhã*, dois dias antes da decretação da nova lei. Pela riqueza de detalhes com a qual Marinho comenta, faz críticas e sugestões à lei eleitoral, torna-se evidente a existência de um trabalho de análise prévio e aprofundado sobre o tema. De acordo com o próprio, tais declarações refletiam suas posições, mas estavam em consonância com o que pensava o Clube. Entre as sugestões apresentadas pelo médico, que foi um dos membros da comissão de elaboração do *Esboço...*, estava presente a representação profissional para as eleições da Constituinte. Para ele, uma forma de “organizar um corpo eleitoral que represente, em verdade, a nação.”. Para isso seria necessário: tornar obrigatório a todo cidadão pertencer a “uma coletividade profissional, ou técnica ou cultural”; dar “representação política a essas coletividades”; e reservar “na

⁴¹ NÃO se realizará mais o comício constitucionalista marcado para hoje. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24/2/1932, p. 1. As ameaças ao comício do “Clube 24 de Outubro”, feitas por militares do Clube 3 de Outubro, são confirmadas por Adolfo Bergamini e por Batista Luzardo, na época chefe de polícia do DF, em sua carta de demissão endereçada a Getúlio Vargas. Ver: BERGAMINI, Adolfo. Boletim do dia. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 4/5/1932, p.1; A CARTA com que se exonerou o sr. Baptista Lusardo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4/3/1932, p.1.

⁴² CPDOC – AAP club 1931.05.28, exposição da Diretoria do Clube 3 de Outubro. Diz o documento de orientação interna, de maio de 1931: “Na hipótese de falta absoluta de força política e material para manutenção da ditadura, trabalho intenso para a organização de um constituinte genuinamente revolucionária.”. O que significa, entre outros pontos, segundo próprio documento: “Fugir ao empirismo do atual sistema representativo, preferindo a representação de classe e interesses [...]”.

Constituinte, metade dos lugares para a representação das coletividades supra referidas”⁴³. Marinho tratou aqui mais detalhadamente de uma das principais bandeiras da organização⁴⁴. A proposta que não havia sido contemplada pelo anteprojeto da subcomissão, de fevereiro de 1931, contando com a oposição de Pinto Serva e Assis Brasil, entrou no texto final da lei, no artigo 142, em 1932 (BARRETO, 2002, s.p).

O texto do anteprojeto revisado pela comissão convocada por Maurício Cardoso nunca foi publicado. Contudo, a inserção de alterações posteriores aos trabalhos dos comissionados a pedido de outros atores, incluindo o chefe do Governo Provisório, foi relatado no *Diário de Notícias* (ZULINI, 2017, p.24)⁴⁵. Conforme destacou Álvaro Barreto (2002, s.p): Augusto Amaral Peixoto, em entrevista em 1975, e o próprio Abelardo Marinho, por ocasião da Assembleia Constituinte, afirmaram que a inclusão do artigo se tratou de uma intervenção de Getúlio Vargas, pressionado pelo Clube 3 de Outubro. Algo parcialmente confirmado pela fala de Vargas (1938, p. 53) no “Manifesto à nação”, em sessão solene no prédio da Câmara dos Deputados, em maio de 1932, quando assume ter feito “algumas emendas” ao texto final. O que além de sugerir não haver uma derrota completa dos outubristas, evidencia mais uma tentativa do Governo Provisório de se equilibrar entre as principais forças políticas antagônicas que se enfrentavam na República, desde 1931.

O que se vê é que o Clube 3 de Outubro começou o ano de 1932 no auge de sua organização, com maior capilaridade política no cenário nacional, com novos estatutos mais sofisticados aprovados, com uma nova diretoria eleita pela assembleia geral – mantendo Pedro Ernesto na presidência e Góis Monteiro na vice-presidência – e com a finalização do *Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil*. Na data de publicação do decreto do Código Eleitoral, o *Diário Carioca* atacou mais uma vez a associação, denunciando seus objetivos “autoritários e violentos”, em contraposição à “reação civilista, jurídica e cultural, que é um expoente de civilização [...]” – na qual se incluía. Prossegue o texto: “[...] queremos organizar, no Brasil, um

⁴³ O CLUB 3 de Outubro e a Lei Eleitoral. Como nos falou o dr. Abelardo Marinho, secretário da agremiação revolucionária. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23/2/1932, p.2-4.

⁴⁴ CPDOC - CO 1f, estatutos do Club 3 de Outubro. Na abertura dos estatutos publicados em fevereiro de 1932, no item V do art.1º, o Clube 3 de Outubro reforça essa posição e apresenta como uma das finalidades da associação: “Pleitear e assegurar a representação política das associações (sic) profissionais.”

⁴⁵ PARTO difícil. *Diario de Noticias*, Rio de Janeiro, 13/2/1932, p. 2: “Mas diz-se que [Getúlio Vargas] ainda não a assinou [a lei eleitoral], porque ainda não a leu; e ainda não a leu, porque está sendo correta de emendas de seus amigos e correligionários.”. RETOQUES inquietantes. *Diario de Noticias*, Rio de Janeiro, 29/1/1932, p.2: “Mas já se anunciou que a sua assinatura será retardada, porque o chefe do governo tenciona recolher opiniões e subsídios dos ministros, discordantes, alguns deles, ao que se diz, do texto redigido.”.

regime de direito, de justiça e de liberdade.”⁴⁶. Disputando a reconfiguração política do regime com o Clube, afirmavam também romper com o passado oligárquico, todavia, oferecendo um futuro em bases democráticas e liberais. Portanto, diferentes da finalidade do Clube 3 de Outubro, que seria “sustentar, pela violência, um regime de poderes discricionários, que o Sr. Getúlio Vargas, evidentemente, planejou prolongar no país.”⁴⁷.

Depois de celebrar o Código Eleitoral no editorial “Legislação revolucionária”, em que Macedo Soares dizia ser tarefa da “revolução” fundar a democracia e garantir a autonomia dos estados⁴⁸, na noite do dia 25 de fevereiro de 1932, foram invadidas e depredadas a redação e as oficinas do *Diário Carioca* por homens do Exército e da Marinha. Segundo Batista Luzardo, na época chefe de polícia do então Distrito Federal, eles foram transportados por veículos do Ministério da Guerra e da prefeitura. Eram a oficialidade e praças do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária, oficiais do Clube 3 de Outubro e outros militares que serviam em diferentes unidades e departamentos⁴⁹.

O ataque deixou feridos entre os funcionários do jornal⁵⁰. Sintomaticamente, em abril, quando o periódico voltou a circular, Macedo Soares estampou no editorial sua preocupação com os prejuízos causados pela destruição de máquinas, móveis e utensílios. Tudo isso fruto de uma ação operada por um grupo de “militaristas” para quem a revolução “é o privilégio da minoria de uma classe, o monopólio do tenente desconhecido”⁵¹.

Os trabalhos disponíveis, em geral, apontam que o empastelamento foi uma ação do Clube 3 de Outubro (CARVALHO, 1975, p. 45; CONNIFF, 1979, p. 147; FORJAZ, 1988, p. 159-162; PINTO, 2018, p. 243). Contrariando essa versão, Augusto Amaral Peixoto – na época do ocorrido, tesoureiro da organização – descreveu que o plano partiu de militares do Exército, que foram seguidos pelos marinheiros. O objetivo era: “acabar com a atuação do sr. José Eduardo de Macedo Soares no *Diário Carioca*”⁵². A chefia da

⁴⁶ SOARES, José Eduardo de Macedo. A torre de Babel. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 24/2/1932, p.1.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ SOARES, José Eduardo de Macedo. Legislação Revolucionaria. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 25/2/1932, p.1.

⁴⁹ O MONSTRUOSO atentado. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 5/4/1932, p.5,11. O protagonismo do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária e a participação da Marinha no atentado é confirmada em entrevista pelo ex-tesoureiro do Clube Augusto Amaral Peixoto. Embora discordem quanto à coordenação da ação pela diretoria, como se verá adiante.

⁵⁰ OS FACTOS desenrolados na praça Tiradentes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28/2/1932, p.1.

⁵¹ SOARES, José Eduardo de Macedo. *Diário Carioca*. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 5/4/1932, p.1.

⁵² Este trecho da entrevista de Augusto Amaral Peixoto para o projeto de História Oral do CPDOC, em 1975, está disponível no trabalho de Forjaz (1988, p. 159-162). Em virtude da pandemia de coronavírus, o CPDOC se encontra fechado e, por isso, não foi possível acessá-la na íntegra no prazo do artigo.

ação teria partido do fiscal do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária, Edgard Soares Dutra, sócio do Clube. Entre os marinheiros, a coordenação foi do próprio Amaral Peixoto, depois de comunicar ao ministro da Marinha que, então, teria feito “vista grossa”. Neste caso, o Clube foi só um local para que os militares se reunissem no mesmo dia do atentado para planejar a execução.

Em suas memórias, o militar Juracy Magalhães, ex-membro do Clube e interventor da Bahia (1931-1935), também tem uma versão própria que deixa de fora a direção outubrista. Para ele, “alguns tenentes do Clube 3 de Outubro” agiram “sob a liderança de Lucio Meira, ferrenho aliado de Vargas” (MAGALHÃES; GUEIROS, 1996, p.138-139). Lucio Martins Meira, era oficial da Marinha e um membro pouco destacado do grêmio⁵³.

Mesmo não encontrando provas concretas de coordenação institucional da ação pelo Clube 3 de Outubro, há indícios que sinalizam o envolvimento ou, pelo menos, o conhecimento prévio pelos dirigentes. Em sessão da Câmara dos Deputados, no dia 15 de junho de 1935, o próprio Augusto Amaral Peixoto, ao discutir com Batista Luzardo – acusando-o de saber com antecedência do ataque –, envolveu integrantes da cúpula do Clube no desejo de atacar o *Diário Carioca*. Afirmou que esteve no gabinete do ministro da Justiça junto com Estênio Lima, Herculino Cascardo e Pedro Ernesto pedindo providências a respeito dos artigos publicados pelo jornal: “Declarei, então, que se elas não fossem tomadas, nós agiríamos de *motu proprio*. [...] Logo, o Ministro da Justiça estava prevenido e, portanto, o Chefe de Polícia também devia estar”⁵⁴.

Nesta mesma discussão, Luzardo contou do encontro dele com Maurício Cardoso e Vargas para dar informações do atentado. Foi quando o chefe do governo recebeu, então, uma ligação de Leite de Castro, que teria dito: “Sr. Presidente, os rapazes fizeram ao *Diário Carioca* o que eu faria se tivesse 20 anos menos.”. E continua o ex-chefe de polícia explicando: “os rapazes eram, na linguagem outubrista, os tenentes do Exército e da Marinha, do Club 3 de Outubro [...]”⁵⁵. Por fim, Getúlio Vargas, que mandou também chamar Pedro Ernesto para uma reunião, observou o comportamento do presidente da organização implicando-o no atentado: “Achei-o insensível e parece que até convencido de que praticou um ato louvável” (VARGAS, 1995, p. 92).

⁵³ CPDOC-CO d Fichas Inscrição. Ficha n.º 67.

⁵⁴ ANAIS da Câmara dos Deputados. Brasil. 15 de junho de 1935, p. 43. Disponível em: <<https://imagem.camara.leg.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=A>>. Acesso em: 13, jun. 2021,

⁵⁵ ANAIS da Câmara dos Deputados. Brasil. 15 de junho de 1935, p. 45-46. Disponível em: <<https://imagem.camara.leg.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=A>>. Acesso em: 13, jun. 2021.

Quanto às motivações, não parecem ter sido uma reação direta à legislação eleitoral que se, no limite, for interpretada como uma derrota, ela foi apenas parcial – levando-se em conta as intenções programáticas e pragmáticas do Clube aqui esmiuçadas. Mas antes, denotam um rechaço aos continuados ataques do jornal à própria associação e seu programa, ao Governo Provisório e aos militares. É o que se viu, por exemplo, no relato acima de Amaral Peixoto, em 1935, e no que teria revelado Leite de Castro a Getúlio Vargas (1995, p. 92): “O ministro da Guerra declara que não pode conter os oficiais, dispostos a atacar outros jornais se continuarem a campanha de desprestígio ao governo e o ataque às classes militares [...]”. O embate era evidente, enquanto o Clube 3 de Outubro chegou a formalizar uma reclamação contra “campanhas difamatórias” da imprensa, junto ao ministro da Justiça; Adolfo Bergamini denunciou o clima de ódio e de ameaças instaladas contra jornais e jornalistas pelos outubristas⁵⁶.

O “dia seguinte” ao empastelamento

O ataque ao *Diário Carioca* promoveu reações enérgicas que trouxeram consequências para o equilíbrio político que o governo procurava alcançar, bem como para o próprio Clube 3 de Outubro. Por exemplo, a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG) decidiu por uma paralisação de 24h, que atingiu todas as redações da capital federal e em outras cidades do país⁵⁷. Nove jornais da capital paulista, entre eles *O Estado de S. Paulo* e os *Diários Associados*, perfilaram um abaixo-assinado, aderindo à paralisação (AMARAL; BONAVIDES, 2002, p. 523). A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) condenou os ataques e recomendou que todos os jornais acompanhassem as investigações, cobrando punições. Ademais, recebeu telegramas em solidariedade, entre eles, de Francisco Morato, em nome da Frente Única paulista⁵⁸. O próprio *Diário Carioca* fez questão de documentar e construir sua versão dos fatos, procurando apontar os culpados e aprofundar a luta pela imediata reconstitucionalização. Em 5 de abril, estampou a entrevista de Batista Luzardo à imprensa de Porto Alegre, na qual além de tecer elogios ao jornal, ele descreveu os acontecimentos, acusando diretamente o Clube e sua direção: “Dentro do ‘Clube 3 de Outubro’ e sob a inspiração de seus maiorais, foi

⁵⁶ A SITUAÇÃO política. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13/1/1932, p. 4; BERGAMINI, Adolfo. É da escrita. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 21/2/1932, p. 1.

⁵⁷ OS FACTOS desenrolados na praça Tiradentes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28/2/1932, p.3.

⁵⁸ A ASSOCIAÇÃO Brasileira de Imprensa e os últimos acontecimentos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1/3/1932, p. 3.

engendrado o plano sinistro”. Entre os participantes “nomes bem conhecidos de oficiais do gabinete do sr. ministro da Guerra e da prefeitura, do sr. Pedro Ernesto.”⁵⁹.

O Governo Provisório encenou um esforço de investigação, que não necessariamente convenceu seus interlocutores⁶⁰. A inexistência de uma punição imediata para os envolvidos serviu como justificativa para o desembarque de membros da Frente Única gaúcha do governo, no início de março: Maurício Cardoso, Batista Luzardo, Lindolfo Collor, então Ministro do Trabalho, e João Neves da Fontoura, consultor jurídico do Banco do Brasil⁶¹. Nem o *Correio da Manhã*, que chegou a elogiar a rapidez com que o governo abriu investigações, poupou Vargas de críticas no final de março⁶². Todos estavam corretos nos seus prognósticos e os culpados seriam, de fato, poupados (CARVALHO, 1975, p. 47).

O Clube, por sua vez, procurou ressaltar sua proximidade com Getúlio Vargas, reforçando seu apoio à manutenção do Governo Provisório com um grande evento. Uma caravana de 70 carros, segundo o *Correio da Manhã*, que embarcava sócios proeminentes, subiu à serra de Petrópolis para encontrá-lo. Entre aqueles que a compuseram, além de Pedro Ernesto, chama atenção a presença de homens do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária; de membros do gabinete do ministro da Guerra; de interventores, como Herculino Cascardo (RN), Juracy Magalhães (BA), Serôa da Motta (MA) e Ari Parreiras (RJ); além de Edgard Soares Dutra, Augusto Amaral Peixoto, Valdemar Falcão, Filinto Müller e Estênio Lima⁶³. Em seu discurso, Pedro Ernesto firmou postura radical, cobrando “atos de força” por parte do governo para fazer cumprir “o programa revolucionário”, oferecendo-lhe apoio da organização para isso⁶⁴. Por sua vez, Vargas reforçou que a Constituinte viria, contudo, após a reconstrução moral e material do país. Demonstrou-se também contrariado com o empastelamento, chamando a atenção para a necessidade da manutenção da paz e da ordem. E mesmo que tenha expressado simpatia com o programa do grêmio, reforçou sua imagem e autoridade de dirigente, de porta-voz do “interesse nacional”, avisando que não cederia a pressões de “qualquer partido, classe

⁵⁹ O MONSTRUOSO atentado. *Diario Carioca*, Rio de Janeiro, 5/4/1932, p. 5,11.

⁶⁰ NOMEADO o cel. Moreira Lima para presidir o inquérito militar. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28/2/1932, p. 3.

⁶¹ A CARTA do sr. Lindolfo Collor. *Diario Carioca*, Rio de Janeiro, 5/4/1932, p.2.

⁶² O SR. GETULIO Vargas e os partidos do Rio Grande do Sul. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20/3/1932, p.4.

⁶³ A MANIFESTAÇÃO do ‘Club 3 de Outubro’ ao chefe do Governo, em Petropolis. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5/3/1932, p. 1.

⁶⁴ *Ibidem*.

ou facção”⁶⁵. No seu diário, o chefe desabafou: “Tenho de me decidir entre as forças militares que apoiam o governo e um jornalismo dissolvente, apoiado pelos políticos e instigado por estes mesmos contra o governo.” (VARGAS, 1995, p. 92).

Os “revolucionários” do Clube 3 Outubro pareciam persistir na afronta àqueles que exigiam suas punições. Um dia depois da visita a Petrópolis, promoveram manifestação de apoio a Salgado Filho na sua cerimônia de posse como chefe interino de polícia do DF – em substituição a Batista Luzardo. No evento, além de Pedro Ernesto, esteve presente toda a oficialidade do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária⁶⁶.

Por consequência desses acontecimentos, os defensores da reconstitucionalização imediata ganharam fôlego na disputa pela direção política do país. No Exército, oficiais contrários à participação de militares na política, como Bertoldo Klinger e Euclides Figueiredo, ainda mais insatisfeitos com a atuação do ministro da Guerra, iniciaram aí articulações com as elites de São Paulo. Assim, constituíam-se correlações de força que desaguardariam meses mais tarde na “Revolução Constitucionalista de 1932”. O governo, cujo objetivo mais urgente naquele momento era se manter no poder, procurou costurar uma saída conciliatória com essas oligarquias mais fortes. Contou, para isso, com o apoio de Olegário Maciel em Minas Gerais, que mandou emissários para ajudar nas negociações no Rio Grande do Sul e em São Paulo (FORJAZ, 1988, p. 167).

Por intermédio do interventor Flores da Cunha, a Frente Única gaúcha sinalizou que poderia manter o apoio ao governo, ao mesmo tempo que conservava contato com os paulistas⁶⁷. Todavia, para isso, impuseram como condições a adoção de medidas visando a reconstitucionalização imediata, bem como a transferência do inquérito do empastelamento para a responsabilidade do Supremo Tribunal Federal (STF)⁶⁸. Cedendo ambos os lados, ficou acertado, no fim deste mesmo mês, que seria marcado o prazo para as eleições e que o inquérito sobre o atentado ao *Diário Carioca* prosseguiria sem a necessidade de ser presidido por um ministro do STF⁶⁹. Após idas e vindas nas negociações, que contaram também com a atuação de Osvaldo Aranha, foi assinado o

⁶⁵ A MANIFESTAÇÃO do ‘Club 3 de Outubro’ ao chefe do Governo, em Petrópolis. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5/3/1932, p. 1.

⁶⁶ O NOVO chefe de polícia recebeu uma manifestação do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5/3/1932, p.1.

⁶⁷ CPDOC-GV c 1932.03.10/1, carta de Flores da Cunha para Getúlio Vargas de 10 de março de 1932.

⁶⁸ DOCUMENTOS e factos que precisam ser fixados como preciosos subsídios para a reconstituição histórica. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 6/4/1932, p.8.

⁶⁹ DEPOIS da conferência havida entre os srs. Getulio Vargas e Flores da Cunha... *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23/3/1932, p.1.

decreto nº 21.402, de 14 em maio de 1932, marcando o pleito da Constituinte para 3 de maio de 1933 e criando uma comissão para elaboração do anteprojeto constitucional (PINTO, 2016, p. 249-250). A medida sinalizou também a uma das bandeiras centrais do Clube 3 de Outubro, pois ratificou a representação profissional na Constituinte⁷⁰.

Em outra frente, a negociação se deu com as lideranças de São Paulo. Elas exigiam a saída de Miguel Costa e Cordeiro de Farias (membro do Clube) da chefia de polícia e do comando da Força Pública, respectivamente; além da reformulação do secretariado do interventor Pedro de Toledo – empossado no lugar de Manoel Rabelo um dia após o empastelamento. A situação naquele estado era mais tensa e envolveu conflitos de rua, presenciados por Osvaldo Aranha, que culminaram com a morte de estudantes no dia 23 de maio, transformados em “mártires de São Paulo” (FORJAZ, 1988, p. 166-167; PINTO, 2016, p.251). Essa radicalidade preocupou o governo federal e como resultado, no outro dia, Cordeiro de Farias e Miguel Costa foram substituídos, assim como foi montado um novo secretariado na interventoria composto pela Frente Única paulista. Como alertou João Neves da Fontoura, na época, e como os acontecimentos revelaram meses mais tarde, aos paulistas não bastava o pleito, nem tampouco outras concessões (FORJAZ, 1988, p. 165).

Ainda assim, o Clube 3 de Outubro persistiu, tanto na retórica quanto na prática política, em fazer valer suas “aspirações mínimas”, inclusive negociando com os gaúchos da Frente Única, por intermédio de Osvaldo Aranha e José Américo⁷¹. No final de abril, publicou um manifesto no qual expõe 11 reivindicações “imprescindíveis” de serem atendidas no “período ditatorial”, porque garantiriam a superação definitiva do regime anterior. Entre elas: uma reforma tributária; uma “legislação revolucionária” para organizações de classe; a federalização das forças públicas e a unificação da Justiça⁷². Em junho, decidiu atacar diretamente as frentes únicas e a insistência delas em se manterem mobilizadas, mesmo com as concessões do Código Eleitoral e a data para as eleições⁷³.

⁷⁰ BRASIL. Decreto nº 21.402, de 14 de maio de 1932. Fica o dia três de maio de 1933 para a realização das eleições à Assembleia Constituinte e cria uma comissão para elaborar e (sic) anteprojeto da Constituição. *Legislação Informatizada*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21402-14-maio-1932-518100-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12, jun. de 2021.

⁷¹ OS ESFORÇOS conciliadores do Sr. José Américo são bem vistos no sul. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 06/04/1932, p.1

⁷² UM MANIFESTO do “Club 3 de Outubro”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29/4/1932, p.4.

⁷³ CLUB 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28/6/1932, p.1.

Essa postura do Clube se impôs como um elemento dificultador das articulações que o governo procurou construir (FORJAZ, 1988, p. 167; LEAL, 2001a, s.p.). O preço foi o afastamento de quadros importantes próximos a Getúlio Vargas e um consequente maior isolamento da entidade. Ainda no início de junho, já havia saído Osvaldo Aranha, que empenhado na resolução dos conflitos com as frentes únicas e, portanto, advogando medidas contemporizadoras, acusou o grêmio, perante Pedro Ernesto, de trabalhar para a desunião dos brasileiros⁷⁴.

Nesse mesmo momento, desligou-se Góis Monteiro, em meio a uma crise na caserna provocada por promoções concedidas por Leite de Castro, que beneficiaram principalmente os chamados “picolés”, muitos deles ligados ao Clube. O ministro da Guerra, que mandou punir quem abertamente protestou contra essas medidas, principalmente os “rabanetes”, foi na sequência substituído, com o objetivo de apaziguar os ânimos nos quartéis, mais do que exaltados com suas últimas ações (FORJAZ, 1988, p. 169). Embora Góis na sua mensagem de afastamento endereçada a Pedro Ernesto tenha sido evasivo, pode-se inferir que o militar não desejava ser identificado publicamente com nenhum tipo de estímulo à quebra de hierarquia e disciplina, cada vez mais associados ao Clube 3 de Outubro – na época, valores ainda importantes para setores dos militares (FORJAZ, 1988, p. 194-197)⁷⁵. É o que se vê nos cumprimentos que recebeu dos tenentes do 4º Batalhão de Caçadores (4º B. C.) de São Paulo, pelo desligamento do Clube, e é algo bastante claro em outros pedidos de afastamento publicados no *Correio da Manhã*⁷⁶. Vale destacar este trecho de uma mensagem coletiva, que contava com a assinatura de dez sócios, entre militares e civis: “Julgamos não dever o clube se imiscuir em questão de classe, que interessa [às] altas finalidades do Exército e não permitem intromissão indébita [de] quem quer que seja.”⁷⁷

Ao que parece, ocorreu a partir daí um “efeito dominó” com a saída de vários outros nomes dos quadros da organização, com repercussão no debate público. Para “apagar o incêndio”, a Comissão de Imprensa do grêmio publicou uma nota esclarecendo que o número total de pedidos de afastamento foram 30, bem como negando boatos a

⁷⁴ OS TERMOS do pedido de demissão do Sr. Oswaldo Aranha ao Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11/6/1932, p. 4.

⁷⁵ O TELEGRAMA do General Góes Monteiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9/6/1932, p. 4. Conforme observou Maria Célia Freire de Carvalho (1975, p. 35), Góis Monteiro retorna ao convívio outubrista, em outubro de 1933, participando de uma reunião em que exaltava as qualidades da entidade.

⁷⁶ A SITUAÇÃO política. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9/6/1932, p. 4.

⁷⁷ NUMEROSAS renúncias. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9/6/1932, p. 4.

respeito de suposta ruptura de Juarez Távora e João Alberto. O documento também tentou amenizar a situação: “Temos, porém, motivos para declarar que desfeito os mal-entendidos, a quase totalidade desses companheiros se conformarão com a denegação de seus pedidos”⁷⁸. De fato, nem Juarez Távora e nem João Alberto romperam com o Clube 3 de Outubro nesse momento. Távora, por exemplo, esteve presente na I Convenção Nacional, defendendo posições do núcleo do Rio de Janeiro com base no *Esboço...* (TÁVORA, 1974, p. 64). Enquanto João Alberto desmentiu a situação em declaração dada ao *Correio da Manhã*⁷⁹.

Então, sinalizou-se o declínio do peso político Clube 3 de Outubro, se comparado ao seu auge, entre finais de 1931 e início de 1932. Ou, pelo menos, configurou-se aí um momento de avanço dos adversários sobre os outubristas (CONNIFF, 1975, p. 147; FORJAZ, 1988, p. 170). O próximo passo da organização foi a realização da I Convenção Nacional do Clube 3 de Outubro, a partir da simbólica data do 5 de julho. Como já mencionado, nela foi aprovado o programa, com base no *Esboço...* e rejeitada em definitivo a proposta de transformar o grêmio em partido político. Na manhã do dia 9 de julho os sócios militares foram despertados com a convocação para enfrentar uma rebelião, que havia estourado em São Paulo, sob o comando de Bertoldo Klinger, era a “Revolução Constitucionalista de 1932” (CONNIFF, 1975, p. 149). As atividades do Clube 3 de Outubro permaneceram suspensas no período dos combates. Em outubro, elas retornaram e em seguida a organização civil-militar foi reformulada, com outro programa e novos estatutos, iniciando uma nova fase sob o comando de Gustavo Cordeiro de Farias.

Considerações Finais

Funcionando como caixa de ressonância na Capital Federal dos interesses de setores da elite paulista, de gaúchos e bernardistas, de Minas Gerais, o *Diário Carioca* se posicionou pela reconstitucionalização imediata, na defesa da aplicação programa da Aliança Liberal como “o verdadeiro programa” da “Revolução”. Por sua vez, o Clube 3 de Outubro surgiu com o objetivo de defender a prorrogação da “ditadura”, assegurando assim reformas prévias que neutralizassem, ou pelo menos amenizassem, a ação das oligarquias mais fortes e suas máquinas eleitorais em uma futura Constituinte. Para tal,

⁷⁸ UM COMUNICADO do Club 3 de Outubro: moção de confiança ao presidente do grêmio revolucionário. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23/6/1932, p. 3.

⁷⁹ OS QUE se afastaram e os que continuam no Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7/6/1932, p.1.

contavam com a inspiração de referenciais analíticos e teórico-doutrinários de intelectuais nacionalistas e autoritários – a exemplo de Alberto Torres e Oliveira Vianna – empenhados na construção de um projeto de nação, que passava pela fragilização dos clãs oligárquicos. Compreendendo-se como “revolucionários sinceros”, sustentavam-se numa concepção orgânico-corporativa de sociedade, que os direcionava à defesa de um Estado organizador da harmonia dos interesses de classe, como expuseram no *Esboço...*, em fevereiro de 1932.

Entre outras forças políticas que procuravam abrir espaço para suas demandas, os grupos analisados acima protagonizaram um conflito de peso na República, entre 1930 e 1932, o qual Vargas procurou administrar abrindo espaço aos outubristas no governo ao mesmo tempo em que negociava concessões às oligarquias mais fortes, como sinal de que não pretendia isolá-las. A decretação do Código Eleitoral representou esse esforço do Governo Provisório, cujo objetivo central era se sustentar, pois ao mesmo tempo em que contemplou aspectos importantes da agenda da Aliança Liberal, sinalizando disposição para a reconstitucionalização, mostrou-se sensível à militância do Clube 3 de Outubro pela garantia da representação profissional.

Nesse sentido, pode-se concluir que ao empastelar o *Diário Carioca*, reagindo principalmente às provocações e críticas dos seus artigos, os membros do Clube 3 de Outubro fragilizaram um espaço de manobra que o Governo Provisório procurou construir, diante das pressões das elites estaduais. Isso significou, em última instância, além de tiros na sede do jornal, “tiros nos próprios pés” do Clube. Pois, de certa maneira, corroborando com as denúncias previamente apresentadas nas páginas do jornal a respeito dos objetivos “militaristas”, autoritários e violentos do grupo; fortaleceram seus opositores oligárquicos e setores das Forças Armadas avessos à atuação política dos militares. Algo que primeiro lhes custou certo isolamento, pelo desembarque de quadros importantes que os ligavam ao poder central, como Osvaldo Aranha e Góis Monteiro. Em seguida, acelerou aproximações e acertos entre alguns oficiais superiores e grupos oligarcas, principalmente os paulistas. Eles desembocariam na “Revolução Constitucionalista de 1932” e, portanto, no início do fim do Governo Provisório, que os outubristas tanto defenderam postergar.

Instituições e Arquivos

Arquivo Nacional (AN)

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas (CPDOC)

Câmara dos Deputados

Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional

Arquivo Augusto Amaral Peixoto (CPDOC-AAP)

Arquivo Clube 3 de Outubro (CPDOC-CO)

Arquivo Getúlio Vargas (CPDOC-GV)

Arquivo Osvaldo Aranha (CPDOC-OA)

Fundo Góis Monteiro (AN-FGM)

Jornais

Correio da Manhã

Diário Carioca

Diário de Notícias

Diário Oficial

O Estado de S. Paulo

Referências Bibliográficas:

AMARAL, Roberto; BONAVIDES, Paulo. *Textos políticos da História do Brasil*. 3ª ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v.4.

ARANHA, Osvaldo; MONTEIRO, Pedro Aurélio Góis. Legionários de Outubro (15 de novembro de 1930). In: CARONE, Edgard. *O Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1975, p. 366-367.

BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. O Código Eleitoral de 1932 e a representação das associações profissionais. *História em Revista*. Pelotas, v.8, 2002. <https://doi.org/10.15210/hr.v8i8.11726.g7502>

BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. Representações das associações profissionais no Brasil: o debate nos anos 1930. *Rev. Sociol. Polít.* Curitiba, n. 22, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782004000100010>

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BULMER-THOMAS, Victor. As economias latino-americanas, 1929-1939. In: BETHELL, Leslie (org.). *A América Latina após 1930*. São Paulo: EdUSP, 2009.

CALICCHIO, Vera. Clube 24 de fevereiro. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001. Disponível em: <

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-24-de-fevereiro>. Acesso em: junho 2021.

CARONE, Edgard. *O Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, Maria Celia Freire de. *O Clube 3 de Outubro*. Dissertação de mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF. Niterói, 1975.

CONNIFF, Michael Lee. Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). *Os militares e a revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERREIRA, Marieta de Moares; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 20 e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e forças armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

GOMES, Angela de Castro (org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LEAL, Carlos Eduardo. Clube 3 de Outubro. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001a. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-3-de-outubro-2>>. Acesso em: junho 2021.

LEAL, Carlos Eduardo. Correio da Manhã. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001b. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>>. Acesso em: junho 2021.

LEAL, Carlos Eduardo. Diário Carioca. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001c. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-carioca>> . Acesso em: junho, 2021.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.2.

MAGALHÃES, Juracy; GUEIROS, José Alberto. *O último tenente*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.

MARTINS, Luciano. A Revolução de 1930 e seu significado político. In: A Revolução De 30: Seminário Realizado Pelo Centro de Pesquisa d Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) Da Fundação Getúlio Vargas, 1980, Rio de Janeiro. *Anais*. Brasília: Ed. UNB, 1983.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2ª ed. Niterói: Eduff, 2020.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.2.

PILA, Raul. As oligarquias contra os interventores (17 de julho de 1931). In: CARONE, Edgard. *O Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1975, p. 181.

PINTO, Sergio Murillo. *Exército e política no Brasil: origem e transformação das intervenções militares (1831-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

RAMOS, Plínio de Abreu. Góis Monteiro. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-aurelio-de-gois-monteiro>>. Acesso em: junho 2021.

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: a caminhada no Altiplano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974. v.2.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. v.2.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. Rio de Janeiro: FGV, 1995.

ZULINI, Jacqueline Porto. A adoção da Justiça Eleitoral no Brasil: estratégia de preservação do governo revolucionário. In: Congresso Latino-Americano De Ciência Política: Organizado Pela Associação Latino-Americana De Ciência Política (ALACIP), 9, 2017, Montevideu. *Anais*. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4632>>. Acesso em: junho 2021.